

Política de Avaliação de aprendizagem no Ensino Primário em Moçambique no contexto prático da política

Jorge Mussoho¹

RESUMO

O presente artigo debruça sobre a Política de Avaliação da aprendizagem no Ensino Primário em Moçambique no contexto prático da política, com o grande escopo de compreender como é que os professores concebem ou implementam a política de avaliação de aprendizagem no ensino primário. Tivemos como objetivos específicos: descrever as várias vertentes do conceito de avaliação, caracterizar as técnicas e instrumentos de avaliação no ensino primário, compreender a política de progressão por ciclos de aprendizagem e condições de aprovação no ensino primários e analisar as concepções da prática da política de avaliação pelos professores. Quanto à metodologia, utilizamos método exploratório, e levantamento bibliográfico e usamos uma abordagem qualitativa para análise e interpretação de dados, no que diz respeito à população, foram envolvidos na pesquisa 6 professores da escola primária completa Machava A, sendo dois da 1ª classe, dois da 2ª classe e dois da 3ª classe respectivamente. Para a análise do contexto prático da política de avaliação, apoiamos-nos na teoria de abordagem do ciclo de políticas educacionais de sociólogo inglês Stephen Ball e Jefferson Mainardes (2006). No que tange aos principais resultados deste estudo, a política de avaliação de aprendizagem no ensino primário é concebida, em parte como uma regra que deve ser cumprida sem que seja contextualizada e por outro lado, ela é transformada e encarada tendo em conta a realidade em que o tipo da escola e o tipo de aluno. Portanto, os professores, que são implementadores da política, são portadores de valores culturais, históricos com a sua experiência de trabalho, eles interpretam a política e tentam adequar à realidade.

Palavras-chave: Política de Avaliação; Avaliação da Aprendizagem; Contexto Prático da Política.

INTRODUÇÃO

A questão da qualidade de educação em Moçambique vem sendo discutida com regularidade nos últimos tempos, tanto por sociedade civil assim como pelos órgãos que superintendem a área da educação Moçambicana, que datam desde o surgimento da 1ª Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) Lei 4/83 e 23 de Março e revista pela lei 6/92, de 6 de Maio, que tinha como objetivo principal formar o homem novo, a 2ª Lei de 6/92 que tinha como objetivo principal de graduar alunos reflexivos e criativos, com valores e que lhes permitissem a sua inserção na comunidade, (INDE/MINED, 2008), de até à última Lei 18/2018 de 28 de Dezembro, esta que visa preparar indivíduos competentes para a sua integração harmoniosa no mundo global, Portanto, diante dessas transformações, várias decisões são tomadas pelos dirigentes da área, com vista a fornecer melhores serviços (qualidade) de educação ao povo Moçambicano. Importa referir que para que qualquer lei se operacionalize, vários documentos normativos políticos são elaborados com o escopo de regular o processo educativo de um país, neste caso, existe a Política Nacional de Educação regulamentada pelos: Regulamento

¹ IDENTIDADE: Jorge Mussoho, nascido no dia 06 de agosto de 1992 na cidade de Maputo-Moçambique. Filho de Pai *incógnito* e de Eugenia Castigo Mussoho. EDUCAÇÃO: Licenciado em Ensino Básico pela Universidade Pedagógica de Maputo; Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Pedagógica de Maputo. Email: jorgemussoho9@gmail.com. Contatos: +(258)842222217 & 872222017

Geral de Avaliação do Ensino Primário; Plano Curricular do Ensino Básico (PCEB), Regulamento Geral do Ensino Básico (REGEB), onde alguns desses documentos estão em revisão para se enquadrarem às novas dinâmicas do Sistema Nacional de Educação. E será dentro da política de avaliação que o nosso trabalho vai se cingir.

Neste artigo, faz-se análise das políticas de avaliação da aprendizagem no Ensino Primário nas Escolas do Ensino Básico em Moçambique tendo em conta o contexto das práticas da implementação da política na escola. Portanto, para a análise desta política, apoiamo-nos na teoria de abordagem do ciclo de políticas educacionais de sociólogo inglês Stephen Ball e por colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994a) importa referir que esta metodologia vem sendo utilizada em diferentes países como um referencial para analisar a trajetória de políticas sociais e educacionais (Corbitt, 1997; Vidovich, 1999; Walford, 2000; Looney, 2001; Kirton, 2002; Vidovich & O'Donoghue, 2003; Lopes, 2004). Tendo em conta ao contexto da política que usou-se neste artigo (contexto prático), importa salientar que fez-se análise da própria política de avaliação e depois conversou-se com os professores das escolas da cidade de Maputo para compreender como é que eles a conceberam (tendo em conta que ela, assim como as outras políticas de educação, sofreu alterações em termos dos objetivos e aplicabilidade/condições de avaliação das aprendizagens dos alunos) a nova política de avaliação de aprendizagem dos alunos deste nível de ensino.

Política de Avaliação da aprendizagem no Ensino Primário em Moçambique

Neste referencial teórico vamos analisar os documentos normativos que regulamentam a questão da avaliação (Plano Curricular do Ensino Básico, Regulamento Geral da Avaliação do Ensino Primário, Regulamento Geral do no Ensino Básico), partindo das

formas, técnicas e critérios de avaliação, até a política de aprovação dos alunos dentro do ciclo de aprendizagem, assim como forma do mesmo ciclo, isto é, passagem de um ciclo para o outro.

Avaliação no seu sentido conceptual

No antigo currículo do Ensino Básico, onde ele era baseado em objetivos, a avaliação era definida como um instrumento que de processo de ensino pelo qual se pode comprovar como estão sendo cumpridos os objetivos e as finalidades da educação, (INDE/MINED, 2008). Nos documentos que regulamentavam a prática do professor na sala de aulas como os programas de ensino e outros documentos como Regulamento Geral do Ensino Básico (REGEB) e o próprio Regulamento de Avaliação no Ensino Básico, a avaliação era tida como um instrumento que permite ao professor verificar os resultados desenvolvidas pelos alunos para medir se os objetivos traçados no programa de ensino foram alcançados ou não, (INDE/MINED, 2011).

Foi-se observando que a qualidade de ensino no país era bastante fraca, estudos feitos pela sociedade civil, como, SACMEQ (2007), INDE/MINED (2006 - 2010) constataram que a maior parte dos alunos do ensino primário termina o primeiro ciclo sem saber ler nem contar. O que levou o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano e Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (MINEDH e INDE) a desenvolver a proposta da revisão curricular com o escopo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem no país. Essa revisão, culminou com algumas alterações do currículo e dos instrumentos que regulam a educação, neste nosso contexto, da avaliação, como programas de ensino, regulamento de avaliação, plano curricular e o próprio conceito de avaliação nacional.

Neste contexto, nos atuais instrumentos que regulam a situação de avaliação em

Moçambique, conceituam a avaliação como um meio pelo qual se verificam se os resultados das atividades desenvolvidas pelos alunos correspondem às competências preconizadas nos programas de ensino ou não (INDE/MINEDH, 2016 e Regulamento Geral do Ensino Primário aprovado pelo Diploma ministerial n.º. 7/2019 de 10 de Janeiro).

Já na visão de Pacheco (2001, p. 128) o termo avaliação integra vários significados, o que se considera que tem um extenso campo semântico, uma vez o termo pode nos remeter aos seguintes significados: determinar o valor, apreciar o conhecimento, reconhecer a força de, estimar calcular organizar. Estes significados, o autor cita que são oriundos de *valia* formada a partir de *valer* (sinônimo de forte, vigoroso) mais o sufixo *ia*. E ainda o autor revela que a avaliação é um termo complexo sendo que deve ser estudado nas dimensões científico -técnico e sócio-política, pois avaliar envolve processos técnicos e prende-se com raízes políticas, estas, que a determinam.

Enquanto uma questão política, a avaliação é segundo (PACHECO: 2001, p. 129) uma atividade racional que se situa num contexto político que envolve a questão das políticas e programas tratados pela avaliação oriundos das decisões políticas, quando também a avaliação é realizada com finalidade de alimentar a tomada de decisão e porque tem um posicionamento político.

Contudo, a avaliação é um processo de obtenção de informações, de formação de juízo (uma questão de dizer se algo é bom ou não) e de tomada de decisão (interpretação dos resultados encontrados no ato de avaliação). Em termos de função, PACHECO (200, p. 130) afirma que a avaliação aparece para fazer controlo dos resultados, avaliação dos objetivos, detecção das deficiências dos resultados, de classificação do que é avaliado. Tudo isso tem por sua vez a função de trazer proposta de melhorias no processo de ensino-aprendizagem e de fazer uma análise

crítica do próprio sistema e, em suma, a avaliação serve para trazer melhorias aos programas curriculares.

Podemos com isso compreender que além da avaliação surgir como um processo de medição da aprendizagem dos alunos, ela surge também para medir se os objetivos foram alcançados e responder que desafios o sistema educativo tem no que diz respeito à qualidade que os programas, planos curriculares tem para colmatar as suas deficiências e se os procedimentos usados são adequados ou não e com isso poder suscitar mudanças relevantes do sistema todo.

Quanto às formas e métodos de avaliação preconizados no Regulamento Geral do Ensino Primário aprovado pelo Diploma Ministerial n.º. 7/2019 de 10 de Janeiro, nos novos programas de ensino, no PCEB e REGEP, destacam dois métodos e três formas principais: método formal e informal. O **método formal** segundo (INDE/MINED, 2008) consiste na realização periódica de testes usando critérios, este, de forma prévia planificada, estruturada e visa avaliar competências específicas de modo a verificar até que ponto os objetivos curriculares estão sendo cumpridos. E o **método informal**, consiste na avaliação que decorre no dia-a-dia, realizada na sala de aula ou fora dela e pode acontecer de forma causal, importa realçar que este, acompanha o desenvolvimento do aluno.

Quanto às formas de avaliação, de acordo com os artigos 8, 9, e 10do Regulamento Geral do Ensino Primário destaca três formas de avaliação (MINEDH, 2021):

- **Diagnóstica**, (a que acontece no início do processo educativo com vista a verificar o nível inicial de aprendizagem do aluno).
- **Formativa** (esta, segundo os autores, inclui a avaliação diagnóstica e continua, tem a função de informar ao professor sobre o nível de desenvolvimento de competências do

aluno e medir o cumprimento do que está preconizado nos programas de ensino, esta avaliação, melhora o processo de ensino-aprendizagem (PEA), detecta dificuldades que o professor e os alunos têm e apresenta a medida corretiva no processo de ensino-aprendizagem devido ao seu teor na educação (de se realizar em qualquer momento da aula) e esta é elaborada e aplicada pelo professor.

- **Sumativa**, é uma modalidade de avaliação que serve para recolher informações sobre o alcance das competências pré-determinadas nos programas de ensino, pelos alunos com vista à classificação e certificação quantitativa e é feita no fim de uma unidade temática, trimestre ou ano letivo. É da responsabilidade do professor, escola, órgãos distritais, provinciais e centrais da educação, dependendo do tipo da avaliação.

Para estas formas de avaliação, a avaliação formativa ocupa um lugar importantíssimo, sem tirar o mérito das outras funções, devido ao seu teor pedagógico, pois, é uma modalidade que permite ao professor medir, acompanhar o desenvolvimento das competências dos seus alunos na sala de aula. Técnicas e tipos de avaliação no ensino básico De acordo com Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano MINEDH (2021, p. 32) dentre várias técnicas, (observação, verificação do caderno, entrevista, trabalhos laboratoriais, oficinas de trabalho, seminários), preconizadas no regulamento de avaliação, as técnicas de avaliação para o ensino primário aqui destacadas são:

- A **observação** (esta consiste em verificar factos, verificação metódica ou planificada e permite ao professor avaliar as competências dos alunos relevante aos seus conhecimentos, habilidades e atitudes utilizando uma ficha metodicamente sistematizada e

visa fazer acompanhamento verificar o desempenho através do registo sistémico das competências do aluno).

- **Verificação do caderno** (é realizada de forma periódica para ver como os alunos organizam os seus cadernos ajudando-o a melhorar o seu desempenho na organização dos apontamentos, tomada de notas, limpeza, caligrafia, ortografia e sua conservação). As Oficinas de trabalho são atividades feitas em pequenos grupos onde produzem trabalhos usando vários materiais didáticos e preconizavam atividades praticas dos alunos permitindo desenvolver competências de saber fazer).

Sobre os instrumentos de avaliação no ensino primário, são preconizados:

- Os **trabalhos de casa** são exercícios que o aluno deve realizar fora do tempo letivo da aula de forma independente e individual, e considera – se que é uma avaliação contínua sistemática e **testes**, estes são provas para avaliar o nível de desenvolvimento das competências por parte dos alunos, os testes podem ser escritos, orais ou práticos e eles devem ser corrigidos, analisados e entregues aos alunos. (MINEDH, 2021)

Sobre os tipos de avaliação, temos:

- A **avaliação contínua parcial** (ACP) e a avaliação contínua e sistemática (ACS), enquadra se na avaliação formativa, que se enquadra nas atividades constantes. Podem ser escritas, oral ou prática e realiza se em qualquer momento da aula para identificar o nível de aprendizagem dos alunos e planificar medidas corretivas para cada um.
- **Avaliação trimestral** (AT), realiza se no fim do trimestre devendo ser por escrito e ou através de trabalhos de acordo com natureza da disciplina com objetivo de identificar o nível de

aprendizagem dos alunos e planificar medidas corretivas para cada aluno.

Quanto à modalidade da elaboração da avaliação parcial, compete a Escola a elaboração da avaliação parcial. Esta, deve ser planificada. As datas da realização deste tipo de avaliação, deve ser comunicada aos alunos no início de cada trimestre e lembradas uma semana antes da sua realização.

- **Avaliação Final (AF)** – consiste num teste que se realiza no fim do primeiro ciclo e constitui mais um elemento a ser utilizado na apreciação global do ciclo, este é mais quantitativo do que qualitativo.
- **Exames**, este tipo de avaliação é uma das componentes do processo de avaliação que contribui para determinar a nota final na respectiva disciplina. E segundo o artigo 83 do regulamento geral da avaliação do ensino primário e ensino secundário geral, não há dispensa nas classes com exame, sendo que no ensino primário, sendo que o número 3 do artigo 84 diz que para 1º ciclo, considera-se últimas provas realizadas na última semana do final de ano letivo como e exames do 2º e 3º ciclo.

O exame deve basear-se nos objetivos básicos dos programas leccionados do ciclo. O nível das exigências deve corresponder aos objetivos definidos nos programas de ensino vigentes e o exame deve ter em conta as adaptações curriculares para alunos com necessidades educativas especiais.

Política de progressão dentro dos ciclos de aprendizagem e a aprovação no Ensino Básico

Nessa abordagem sobre a avaliação, entendemos importante trazer também a política de progressão em ciclos de

aprendizagem porque ela ressalta sobre a forma como os professores devem ou como deveriam avaliar os seus alunos dentro do mesmo ciclo de aprendizagem.

Segundo Duarte (2018), a política de ciclos de aprendizagem visa permitir o aluno a ter mais tempo para a aprendizagem, estimulando a sua permanência na escola sem o espectro constante da ameaça de reprovação precoce. Os ciclos de aprendizagem agrupam classes anuais, formando um conjunto de formação que favorecem maior igualdade na escola, credenciada na pedagogia diferenciada, na avaliação formativa e em percursos diferenciados de formação (PERRENOUD, 2004). Desta forma acredita-se que o aluno tem espaço e tempo de ir aprendendo ao longo do ciclo, não sendo aprovado no final de uma classe, sendo efetuada uma promoção/progressão dentro do ciclo.

Esta política de progressão dentro do ciclo de aprendizagem, apresenta um carácter qualitativo do processo de ensino-aprendizagem, pois, os tipos de avaliação aqui usada devem ser formativos devido ao ser carácter de acompanhamento dos alunos, vendo os seus avanços e fracassos e permite que os professores adoptem novas formas de ensinar para ajudar alunos com dificuldades de aprendizagem. Embora segundo Perrenoud (2004, p. 28) a implementação da política de ciclos de aprendizagem em Moçambique tem uma inclinação burocrática e administrativa, com tendências das práticas artificiais e que se desvinculam da realidade. No sentido lógico da avaliação formativa, autores como MAINARDES (2016), salientam que ela precisa ser associada à diferenciação de tarefas, atendendo as particularidades e ritmos de aprendizagem dos alunos.

No entanto, mesmo olhando para esse potencial da avaliação formativa, ela é deixada para o segundo plano, ficando quase invisível, dando-se primazia a obtenção de resultados quantitativos, números, medias, estatísticas, classificações, ou seja, avaliação

sumativa. Esta, que consiste na produção de relatórios e prestações de contas burocráticas administrativas. (PERRENOUD, 1999)

Fica claro que dentre todas as formas de avaliação, a avaliação formativa ocupa um lugar importante na aprendizagem dos alunos. Isso porque o seu carácter pedagógico quase obriga o professor a adoptar múltiplas estratégias, adequadas ao tipo de aluno que se ensina na sala de aula, acompanhando os seus fracassos e progressos e tem a grande missão de manter a qualidade de ensino nas escolas. Embora em nosso país se considere mais a avaliação sumativa, devido aos assuntos burocráticos e administrativos, em detrimento da formativa. Em nosso país, a progressão é realizada por ciclos de aprendizagem e dentro de cada ciclo a progressão é automática. Como refere o MINEDH (2021), nas classes de transição progride para classe seguinte ao longo do ano, até ao fim do trimestre todo aluno excelente, sob proposta do professor e aprovação do sector pedagógico, dos pais e encarregados de educação e do conselho da escola. No final do primeiro ciclo progride todo o aluno que tiver: Uma classificação igual ou superior a 10, esses valores atribuídos nas disciplinas de Matemática e Português e uma classificação igual ou superior a 8, valores atribuídos nas demais disciplinas.

Olhando para esses condicionamentos de progressão e aprovação dos alunos dentro dos ciclos de aprendizagem e de um ciclo para o outro, induzem-nos a uma avaliação sumativa, quantitativa, com objetivo de quantificar quantos alunos tem um bom aproveitamento e quantos não possuem. A outra ideia que esses dados nos traduzem, é que as condições de aprovação não são um alicerce que deixa claro que habilidades, competências os alunos possuem. O que se calhar podia se fazer, era recolher essa informação da avaliação formativa dos alunos depois realizar-se uma análise

profunda dos resultados da avaliação dos alunos e somente depois disso decidir-se se ele progride ou não.

Metodologia

Para este estudo utilizamos método exploratório que tem como objetivo explorar um fenómeno com a finalidade de expandir os resultados qualitativos (CRESWELL 2007). Portanto, optamos por este método porque exploramos, através da entrevista, as ideias dos professores onde ouvimos os seus relatos e fizemos uma descrição.

Aplicamos, por sua vez, neste estudo, a pesquisa bibliográfica que segundo Lakatos & Markoni (2003, p. 158) consistem em fazer uma busca de informações publicadas em livros e leitura de artigos e documentos que se debruçam sobre o problema em estudo. Esta técnica foi aplicada na revisão da literatura que deu suporte ao trabalho.

Para análise de dados, usamos uma abordagem qualitativa. Esta, busca compreender o significado dos fenómenos a partir da compreensão e representações dos sujeitos e procuram penetrar no mundo conceptual dos sujeitos da pesquisa com objetivo de compreender o significado que constroem sobre os acontecimentos do seu quotidiano. (GIL, 2011).

Entre tanto, a população desta pesquisa compreende o coletivo de professores do 1º ciclo da Escola Primaria Completa Machava "A" composta por 10 professores que leccionavam no 1º ciclo distribuídos da seguinte maneira: 4 professores leccionavam 1ª classe, 3 leccionavam 2ª classe e outros 3 são professores da 3ª classe. Contudo, quanto à amostra, procuramos um grupo focal para representar o coletivo de professores do ciclo e entrevistamos 6 professores, da escola primária Completa Machava A, sendo dois professores da 1ª classe, dois da 2ª classe e dois da 3ª classe. A escolha deste ciclo foi porque o novo currículo do ensino básico está, neste

momento, sendo trabalhado na 3ª classe e, uma vez que houve revisão curricular e começou a sua implementação em 2017, isso quer dizer que o regulamento de avaliação observado nessa classe é totalmente novo.

Quanto às técnicas e instrumentos de recolha de dados, usamos entrevista, esta, de acordo com Gil (2008), entrevista é uma técnica em que o pesquisador faz perguntas ao entrevistado com objetivo de obter dados que interessam a sua pesquisa. O autor citado, refere que a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas para obter informações das pessoas que possuem conhecimentos específicos sobre o assunto em estudo.

Concepção dos professores face à política de avaliação de aprendizagem no ensino primário

Referimo-nos na introdução do nosso trabalho, que estamos a fazer análise da política de avaliação de aprendizagem do Ensino Básico com vista a compreender como é que os professores conceberam ou estão implementando na prática a política de avaliação, e para tal, usamos a teoria de Stephen Ball e Jefferson Mainardes (2006) para a sua análise. Portanto, aplicamos uma entrevista aos professores do 1º ciclo do ensino primário de modo a compreendermos se eles implementam a política ou se há uma resistência na sua aplicabilidade, procuramos perceber se eles têm autonomia de discutir e expressar dificuldades, opinar, apresentar insatisfação e tem disponibilidade para apresentar dúvidas em todos os níveis de comunicação, ou se recebem algum tipo de pressão para a implantação da política de avaliação. É do nosso interesse procurar saber dos professores as principais dificuldades identificadas no contexto da prática da política e entender como os professores e demais profissionais lidam com a política de avaliação, se há reprodução ou criação de desigualdades por causa da

implementação da política. Passamos a apresentar as respostas do grupo focal:

Questão 1: Quais são as técnicas (observação, verificação do caderno, entrevista, trabalhos laboratoriais, oficinas de trabalho, seminários) e instrumentos (trabalho de casa, Testes, portfolios, relatórios, questionários, projetos exames, fichas de exercícios, caderno de aluno) de avaliação que os professores mais usam no ensino primário e por quê.

Face a esta questão, todos os 6 professores referiram que as técnicas que mais usam para avaliar os seus alunos é a ``observação e quanto aos instrumentos usam mais a avaliação do caderno (para ver como o aluno organiza os apontamentos, se faz trabalhos de casa ou não) e teste escrito e exames porque acreditam que sejam mais eficazes e acessíveis para os professores e para medir os conhecimentos dos alunos. Questionados sobre as outras técnicas e instrumentos que não aplicam (que por sinal são o garante de qualidade de ensino quando bem aplicados), os professores referiram que é mais trabalhoso e eles não tem muito tempo e também porque as direções das escolas estão preocupadas com as percentagens e não se calhar com a qualidade como tal e eles acabam se sujeitando ao que as direções querem para não serem considerados como rebeldes.

Questão 2: Dentre os tipos de avaliação (diagnostica, formativa, sumativa), qual é a que usam com frequência e por quê?

Todos os professores deram a importância a avaliação diagnóstica e formativa, mas disseram que essas duas modalidades pouco se usam nas escolas porque são mais trabalhosos e no final acabam incorrendo, com frequência, no uso da avaliação sumativa e porque esta última modalidade permite ao professor produzir o seu relatório final do aproveitamento trimestral, semestral ou anual da turma, onde sempre são exigidos números e não qualidade pelos chefes hierárquicos.

Questão 3: Como é que os professores implementam a política de avaliação, será que tem tido dificuldades para trabalhar com a política de avaliação e o que fazem para superar?

Todos os professores referiram que fazem apenas o que está plasmado no regulamento geral de avaliação. Embora não se siga na totalidade o que está plasmado no regulamento, por exemplo, a questão de avaliação formativa que pouco se olha para ele enquanto se considera um caminho para alcance de resultados de qualidade.

Questão 4: Em relação a política de progressão por ciclos de aprendizagem, o que o professor acha sobre a sua implantação na escola?

Sobre esta política, todos os professores referiram que é uma boa política. Mas ela não é implementada como deve ser devido às exigências que os chefes hierárquicos fazem, consideram que esta política tem em vista fazer o acompanhamento qualitativo do aluno e não reproduzir resultados quantitativos que satisfazem os fins políticos e que poderão classificar uma escola como melhor em detrimento às outras. Nisso tudo, os professores acabam relaxando e os alunos, os encarregados (não acompanham os seus filhos), também porque no final de ano todos sabem que irão progredir.

Portanto, os pronunciamentos dos professores são confirmados por PERRENOUD (2004) quando diz que a implementação da política de ciclos de aprendizagem em Moçambique tem uma inclinação burocrática e administrativa, com tendências das práticas artificiais e que desvinculam-se da realidade. No seu sentido lógico a avaliação formativa deve estar associada à diferenciação de tarefas, atendendo as particularidades e ritmos de aprendizagem dos alunos (MAINARDES, 2016).

No sentido lógico da avaliação formativa, autores como Mainardes (2016), salienta que a avaliação formativa precisa de ser

associada à diferenciação de tarefas, atendendo as particularidades e ritmos de aprendizagem dos alunos.

Questão 5: Sobre a política de exame, no regulamento está plasmado que todo o aluno que tiver nota de frequência vai ao exame, desde momento que não tenha reprovado por faltas e os alunos do 1º e 2º ciclos têm 2ª chamada no caso de reprovarem no 1º exame, sendo que para os de 3º ciclo não têm essa chance, o (a) professor (a) acha que os alunos deveriam ter segunda chamada e são banidas as dispensas em todas as classes com exame? E em caso de sim, o que tem feito?

Sobre a política de exame, os professores acham que deviam ir à sala de exames alunos que tivessem nota mínima para o exame, não sendo qualquer nota que o aluno tenha, condição para ir ao exame. Sobre o banimento dos exames, eles acham, por sua vez, que essa política veio desmoralizar o aluno que mais se empenha no processo de aprendizagem, pois, deveriam dispensar os alunos com a condição de dispensa e ir ao exame que tivesse uma nota abaixo de 14 valores. Não há espaço para o professor reagir, pois tudo está plasmado no regulamento e torna-se complicado contrariar.

Portanto, segundo (MINEDH 2021) no regulamento geral de avaliação, a nota final no 1º ciclo é igual a 3 vezes a nota do ciclo por disciplina mais a nota do exame dividida por quatro, nas escolas públicas e comunitárias com paralelismo pedagógico $NF = \frac{3NCD + NE}{4}$.

Já no segundo ciclo, a nota final é igual a duas vezes a nota do ciclo por disciplina mais a nota do exame dividida por 3, nas escolas públicas e comunitárias com paralelismo pedagógico: $NF = \frac{3NCD + NE}{3}$.

E por fim, nas escolas privadas e comunitárias, para o aluno ter a nota final que lhe confere a passagem de classe ou de um ciclo para o outro, a nota final no 1º e 2º ciclos é igual à soma da nota do ciclo por disciplina e

a nota do exame dividida por dois: $NF = \frac{NCD + NE}{2}$.

Questão 6: Será que o professor (a) tem autonomia para discutir e expressar dificuldades, opinar, apresentar insatisfação e dúvidas face às várias vertentes da política de avaliação?

Os professores revelam que embora sejam implementadores das políticas no contexto prático, as suas ideias face às inovações das políticas, não são quase levadas a cabo. Porque mesmo no momento da elaboração da política, poucos professores são incluídos nas decisões e também porque os que elaboram as políticas, muitas vezes não olham para o contexto real das escolas, e exigem do professor os resultados que muitas vezes se desvinculam do que a realidade lhes proporciona. Esses todos indicadores todos, acabam tirando a autonomia do professor. Eles implementam a política não na totalidade uma vez que permite-se que os professores trabalhem com os alunos e apliquem qualquer tipo de avaliação, mas as limitações aparecem quando as exigências dos resultados estão voltados para a avaliação quantitativa e não qualitativa.

Análise da concepção dos professores face a implementação da política de avaliação de aprendizagem

Para este contexto da prática da política de avaliação, Mainardes (2006) argumenta que as políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que os professores, ou os que a implementam, tem a histórias, experiências, valores, propósitos e interesses diversos sobre a realidade na qual trabalham. Com isso, quer dizer que os professores acabam ganhando autonomia na implementação das políticas porque eles podem aplicar na íntegra ou não uma política, representando um sinal de resistência na sua implementação.

Olhando para as respostas da questão 1, podemos compreender dos depoimentos dos professores, de alguma forma, que aplicam algumas técnicas de avaliação e usam, por sua vez, alguns instrumentos citados no parágrafo anterior para avaliar os seus alunos. Percebe-se ainda que há outras técnicas e instrumentos que eles poderiam usar como auxílio para avaliar os alunos como por exemplo: oficinas de trabalho e trabalho de casa. Estas técnicas e instrumentos, entendemos que são de grande valor pedagógico e social porque além de desenvolver intelecto nas crianças, elas aprendem brincando através de atividades práticas proporcionadas nas oficinas de trabalho.

Como podemos ver no Regulamento Geral de avaliação da educação Geral e educação de Jovens e Adultos, MINEDH (2021), as técnicas e instrumentos de avaliação devem ser enquadrados no nível em que os alunos se encontram. E a aplicação correcta destas técnicas e instrumentos, garantem uma avaliação de competências e acompanhamento do progresso do aprendiz do aluno.

Em relação à questão 2, percebemos nos depoimentos que o sentido lógico da política de progressão por ciclos de aprendizagem é deixado fora, uma vez que não se segue a recomendação e imperiosidade da política.

Como podemos confirmar em Duarte (2018) a política de progressão dentro do ciclo de aprendizagem, apresenta um carácter qualitativo do processo de ensino-aprendizagem, pois, os tipos de avaliação aqui usadas devem ser formativa e aferida devido ao seu carácter de acompanhamento de aprendizagem dos alunos, vendo os seus avanços e fracassos permitindo, deste modo, que os professores adoptem novas formas de ensinar para ajudar alunos com dificuldades de aprendizagem.

Embora segundo Perrenoud (2004) diz que a implementação da política de ciclos de aprendizagem em Moçambique tem uma

inclinação burocrática e administrativa, com tendências das práticas artificiais e que desvinculam-se da realidade.

No sentido lógico da avaliação formativa, autores como Mainardes (2016), salienta que a avaliação formativa precisa de ser associada à diferenciação de tarefas, atendendo as particularidades e ritmos de aprendizagem dos alunos.

Estes factos permitem-nos compreender que os professores pouco se preocupam com o acompanhamento qualitativo dos alunos, uma vez que são impostas regras que devem ser seguidas no âmbito da avaliação, mas sim em apresentar relatórios de resultados quantitativos aos seus superiores administrativos.

Mainardes (2006), salienta ainda que os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, a prova disso, é que eles interpretam a política e depois tiram algumas ideias sobre ela e isso pode gerar mudanças positivas, no caso de ser bem concebida ou negativa no caso da resistência da implementação da política.

Nas questões feitas aos professores sobre a implementação da política de avaliação, estes deixaram claro que, embora o regulamento geral da avaliação e educação de jovens adultos exija que os professores apliquem avaliação formativa, eles acabam aplicando avaliação sumativa porque no final das contas, poucas vezes exige-se resultados qualitativos por parte superiores hierárquicos e isso mina os objetivos da política de progressão nos ciclos de aprendizagem.

Isso ocorre porque o escopo da política de progressão é de garantir a qualidade de ensino através do acompanhamento dos alunos usando vários instrumentos de avaliação, não a retenção do aluno na mesma classe dentro do ciclo de forma a emancipar a igualdade de oportunidades e direitos nos alunos.

Isso acaba não se verificando na prática devido ao tipo de avaliação que se efetua nas escolas (sumativa) que culminam com a produção de resultados quantitativos para permitir a prestação de contas burocráticas administrativas. Conforme diz Perrenoud (1999), citado por Duarte, (2018) que a avaliação formativa é deixada para o segundo plano, ficando quase invisível, dando-se primazia a obtenção de resultados quantitativos, números, médias, estatísticas, classificações, ou seja, avaliação sumativa. Esta, que consiste na produção de relatórios e prestações de contas burocráticas administrativas.

Na questão 5, sobre a política de exame, lembramos o que já foi colocado que os professores acham que deveriam ir à sala de exames somente alunos que tivessem nota mínima para o exame, não sendo qualquer nota que o aluno tenha a definir sua condição para ir ao exame. Sobre o banimento dos exames, os professores acham, que essa política desmoraliza o aluno que mais se empenha no processo de aprendizagem, pois, deviam dispensar os alunos com a condição de dispensa e ir ao exame somente aqueles que pudessem. Nesse sentido os professores nada podem fazer, não há espaço para o professor reagir, pois tudo está definido no regulamento e não se pode contrariar.

Como pode-se ver MINEDH (2021) diz que o exame, este tipo de avaliação é uma das componentes do processo de avaliação que contribui para determinar a nota final na respectiva disciplina. E segundo o artigo 83 do regulamento geral da avaliação do ensino primário e ensino secundário geral, não há dispensa nas classes com exame, sendo que no ensino primário, sendo que o número 3 do artigo 84 diz que para 1º ciclo, considera-se últimas provas realizadas na última semana do final de ano letivo como e exames do 2º e 3º ciclo.

Podemos compreender disto que os professores não têm liberdade plena para implementar a política de avaliação porque

tudo o que se faz na sala sobre a avaliação, é ditada no regulamento e as decisões que veem dos chefes hierárquicos precisam ser atendidas.

Considerações Finais

Feita a análise da implementação da política de avaliação de aprendizagem no ensino primário, compreendemos que a avaliação no seu sentido conceptual é um processo que consiste em medir o desenvolvimento de competências do aluno e a qualidade do professor no processo de ensino aprendizagem, porque é através dos instrumentos de avaliação que o professor mede as habilidades dos seus alunos e as suas atividades enquanto professor para ver se muda a forma de ensinar ou não, se os alunos estão desenvolvendo competências ou não.

No que diz respeito ao uso das diferentes técnicas e instrumentos de avaliação, os professores deixaram claro que eles não usam todas as técnicas e tipos de avaliação no ensino básico, pois eles aplicam mais aquelas que facilmente poderão lhes fornecer resultados quantitativos para poderem prestar contas aos chefes hierárquicos.

No que tange à política de progressão dentro dos ciclos de aprendizagem e a aprovação no ensino básico, os professores têm noção de que é excelente pois permite que o professor conhecer as particularidades do aluno e que lhe atenda de forma particularizada usando avaliação formativa. Embora seja uma boa política, nas escolas moçambicanas pouco – se usa, pois na prática recorrem sempre aos métodos quantitativos.

Compreendemos que esse facto, talvez, se deve-se ao motivo de que no âmbito da elaboração das políticas, pouco se olha e/ou se valoriza as ideias e insatisfações dos professores. Ainda consideramos que para que a política seja bem implementada e tenha sucesso na sua prática, é importante que os praticantes sejam incluídos nas revisões curriculares, participem da elaboração dos

regulamentos e até das próprias políticas de educação porque eles, quando implementam a política, interpretam-na tendo em conta a realidade em a escola se encontra, dos alunos e os seus conhecimentos incluindo a sua experiencia profissional.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John w. *projecto de Pesquisa: Metodos Qualitativos, quantitativos e Misto*. Luciana de Oliveira da Rocha: Porto Alegre, 2007.

DUARTE, Stela Mithá. *Avaliação por Ciclos de Aprendizagem no Ensino Básico em Moçambique: entre tensões e desafios*. Revista Práxis Educativas, 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativas>

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª edição, São Paulo, editora Atlas, 2011.

INDE/MINEDH. *Programa das disciplinas do 1º ciclo do Ensino Primário: Língua portuguesa, matemática e Educação Física*. Edição INDE/MINEDH – Moçambique, Maputo, 2016.

IMINEDH/DINEP. *Regulamento Geral das Escolas do Ensino Primário*. Maputo, 2011.

INDE/MINED. *Plano Curricular do Ensino Básico*. Maputo, © INDE/MINED – Moçambique, 2008.

LAKATOS, Marina de Andrade Marconi Eva Maria. *Fundamentos de Metodologias Científicas*. 5 edicao . Sao Paulo : editora atlas, 2003.

LOBO, Manuel Francisco, NHEZE, Ismael Cassamo. *Qualidade de Ensino no Ensino Primário*. Maputo, Movimento da Educação para Todos, 2008.

MAINARDES Jefferson. *Abordagem de Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a análise de Políticas Educacionais*. Campinas, vol. 27. 2006.

MAINARDES J. *Avaliação da Aprendizagem na Alfabetização*. In: CRUZ, M. C. V.; BORBA, R.E.S. (Orgs). *Ciclo de palestras* vol. 1. Recife: Editora UFPE, 2016. P 109-125.

PERRENOUD, P. *Avaliação da Excelência à Regulação das Aprendizagens: entre duas lógicas*. Tradução de Patrícia Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, P. *os Ciclos de Aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACMEQ II Project in Mozambique: A Study of the Conditions of Schooling and the Quality of Education, Passos A. and others, Harare, Zimbabwe, 2005.

NOTA

Os (as) autores (as) foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Learning Assessment Policy in Primary Education in Mozambique in the practical context of the politics

ABSTRACT

This article focuses on the Policy for Assessment of Learning in Primary Education in Mozambique in the practical context of the policy, with the broad scope of understanding how teachers design or implement the policy for assessment of learning in primary education. We had as specific objectives: to describe the various aspects of the concept of assessment, to characterize the techniques and instruments of assessment in primary education, to understand the policy of progression through learning cycles and conditions of approval in primary education and to analyze the conceptions of the practice of the evaluation by teachers. As for the methodology, we used an exploratory method, and a bibliographic survey and we used a qualitative approach for data analysis and interpretation, with regard to the population, 6 teachers from the Machava A complete primary school were involved in the research, two from 1 class, two 2nd class and two 3rd class respectively. To analyze the practical context of evaluation policy, we rely on the theory of approach to the educational policy cycle by English sociologist Stephen Ball and Jefferson Mainardes. Regarding the main results of this study, the learning assessment policy in primary education is conceived, in part as a rule that must be followed without being contextualized and, on the other hand, it is transformed and faced taking into account the reality in that the type of school and the type of student. Therefore, the teachers, who implement the policy, are bearers of cultural values, historical with their work experience, they interpret the policy and try to adapt it to reality.

Keywords: Evaluation Policy; Learning Assessment; Policy Practical Context.

Política de evaluación del aprendizaje en la educación primaria en Mozambique en el contexto práctico de la política

RESUMEN

Este artículo se centra en la Política para la evaluación del aprendizaje en la educación primaria en Mozambique en el contexto práctico de la política, con el amplio alcance de comprender cómo los docentes diseñan o implementan la política para la evaluación del aprendizaje en la educación primaria. Teníamos como objetivos específicos: describir los diversos aspectos del concepto de evaluación, caracterizar las técnicas e instrumentos de evaluación en educación primaria, comprender la política de progresión a través de ciclos de aprendizaje y condiciones de aprobación en educación primaria y analizar las concepciones de la práctica de la evaluación por parte del profesorado. En cuanto a la metodología, se utilizó un método exploratorio, una encuesta bibliográfica y se utilizó un enfoque cualitativo para el análisis e interpretación de los datos, con respecto a la población, 6 profesores de la escuela primaria Machava A completa participaron en la investigación, dos de 1 clase, dos de 2da clase y dos de 3ra clase respectivamente. Para analizar el contexto práctico de la política de evaluación, nos basamos en la teoría del acercamiento al ciclo de la política educativa del sociólogo inglés Stephen Ball y Jefferson Mainardes. En cuanto a los principales resultados de este estudio, la política de evaluación del aprendizaje en la educación primaria se concibe, en parte como una regla que debe seguirse sin ser contextualizada y, por otro lado, se transforma y afronta teniendo en cuenta la realidad en la que la tipo de escuela y tipo de alumno. Por tanto, los docentes, que implementan la política, son portadores de valores culturales, históricos con su experiencia laboral, interpretan la política y tratan de adecuarla a la realidad.

Palabras clave: Política de Evaluación; Evaluación del Aprendizaje; Contexto práctico de la política.